

# DA HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA NO BRASIL E A ORDEM PÚBLICA NACIONAL

## *HOMOLOGATION OF FOREIGN ARBITRAL AWARDS IN BRAZIL AND DOMESTIC PUBLIC POLICY OFFENSE*

**MASSAMI UYEDA**

Advogado. Árbitro da Camfiesp. Ministro Aposentado do Superior Tribunal de Justiça.  
Mestre e Doutor em Direito (USP).

### ÁREA DO DIREITO: Arbitragem

**RESUMO:** Este artigo analisa a homologação de sentenças arbitrais estrangeiras e a exceção dada a infrações de ordem pública como motivo de denegação da homologação. Inicialmente, traz uma breve análise de sentenças estrangeiras no âmbito da arbitragem comercial internacional, bem como uma visão geral da homologação no Brasil, os aspectos gerais do reconhecimento de sentenças arbitrais estrangeiras e as normas internas e tratados internacionais aplicáveis, como a Convenção de Nova York. Em seguida, é examinado o significado que a doutrina e a jurisprudência deram ao conceito de ordem pública apresentado no art. V(2) (b) da Convenção de Nova York e no art. 39 da Lei 9.307/1996. No final, são analisadas algumas questões que suscitaram questionamentos relacionados a violações de ordem pública, bem como os casos já julgados pelo Superior Tribunal de Justiça sobre homologação de sentenças arbitrais estrangeiras com alegadas infrações de ordem pública e a posição do Poder Judiciário.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arbitragem – Homologação – Ordem pública – Reconhecimento de sentença arbitral estrangeira.

**ABSTRACT:** This paper analyzes the homologation of foreign arbitral awards and exception given to public policy offenses as a cause for the refusal of recognition. Initially, it brings a brief analysis of foreign awards and international commercial arbitration, as well as an overview of homologation in Brazil, the general aspects of the recognition of foreign arbitral awards and the internal rules and international treaties which are effective, such as the New York Convention. Following, the meaning that the doctrine and jurisprudence have given to the concept of public policy presented in the Article V (2) (b) of the New York Convention, and in the Article 39 of Law No. 11. 9307/96 is examined. At the end, some issues that have raised questionings related to public policy offenses are analysed, as well as the cases already ruled by the Brazilian Superior Court of Justice for the homologation of foreign arbitral awards with alleged public order offenses and the position of the judiciary.

**KEYWORDS:** Arbitration – Homologation – Public policy – Recognition of a foreign arbitral award.

A intensificação do comércio internacional tem motivado a busca pela arbitragem internacional como forma de solução de conflitos de interesses.

Na arbitragem internacional, as próprias partes interessadas escolhem, de comum acordo, seus árbitros ou o critério para sua designação, as regras de Direito a serem aplicadas, o idioma a ser usado no procedimento e o lugar onde o julgamento será proferido.

Essas características permitem que a sentença arbitral seja proferida em tempo mais célere e com mais segurança jurídica por árbitros que possuem maior especialização técnica e em foros considerados neutros, situados em locais que não são os domicílios das partes interessadas.

Todos esses aspectos que distinguem a arbitragem internacional, entretanto, não teriam sentido se, obtida a sentença arbitral, seu cumprimento e execução não fossem exequíveis pela parte vencedora.

Assim, obtida a resolução do conflito de interesses submetido a uma arbitragem internacional, cumpre indagar de que forma se dará seu cumprimento e execução no Brasil.

A Constituição Federal de 1988 dispôs em seu art. 105, inciso I, alínea i, ser competente o Superior Tribunal de Justiça para processar e julgar, originariamente, a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias.

Integram o conceito de sentença estrangeira não só as sentenças emanadas de órgãos jurisdicionais, como também as proferidas por instituição arbitral e mesmo provimentos não judiciais que, pela lei brasileira, tiverem natureza de sentença.

A Lei 9.307/1996 – Lei Brasileira de Arbitragem – dispõe, em seu art. 34, que a sentença arbitral estrangeira será reconhecida ou executada no Brasil em conformidade com os tratados internacionais com eficácia no ordenamento jurídico interno e, na sua ausência, estritamente de acordo com os termos da Lei Brasileira de Arbitragem.

Embora, anteriormente à promulgação da Lei Brasileira de Arbitragem, o Brasil tenha aprovado tratados internacionais sobre matéria de alcance regional, que são aplicáveis em seus respectivos âmbitos de validade, pode-se dizer, por sua abrangência, já que 156 países a ratificaram, que a Convenção de Nova York, de 1958, internalizada no ordenamento jurídico nacional em 2002, passa a ser o regime geral de homologação de sentenças arbitrais estrangeiras no Brasil.

É de se registrar que a Lei 9.307/1996, em seus arts. 34 a 40, dispõe sobre o reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras. E, ao assim disciplinar o reconhecimento e execução de sentença arbitral estrangeira, afastou os dois maiores entraves à adoção da arbitragem internacional pelo Brasil: a extinção do sistema de dupla homologação de sentenças arbitrais proferidas no exterior e a admissibilidade de utilização da via postal para a citação de parte domiciliada no Brasil.

As convenções ratificadas pelo Brasil não substituem ou alteram o regime resultante da legislação interna ou de outros tratados assinados pelo Brasil, mas interagem com eles.

A conceituação do que seja sentença arbitral estrangeira se encontra no parágrafo único do art. 34 da LBA, segundo o qual se considera sentença arbitral estrangeira a que tenha sido proferida fora do território nacional.

Elegeu o ordenamento jurídico brasileiro o critério geográfico (*ius solis*) para determinação da nacionalidade das sentenças arbitrais, baseando-se exclusivamente no local onde a decisão for proferida.

A esse respeito, no julgamento do Recurso Especial 1.231.554/RJ, 3.<sup>a</sup> Turma, do Superior Tribunal de Justiça, sendo relatora a Ministra Nancy Andrighi, restou decidido que o fato de o requerimento para instauração do procedimento arbitral ter sido apresentado à Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional, com sede em Paris, não tem o condão de alterar a nacionalidade da sentença arbitral proferida no Rio de Janeiro como sentença nacional e, portanto, insuscetível de homologação pelo STJ.

Como sentença arbitral nacional, constitui título executivo idôneo para embasar ação de execução da qual se originou o recurso especial.

Não só na Lei 9.307/1996, em seus arts. 34 a 40, como também nos arts. 960 a 965 do Código de Processo Civil de 2015 e no Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, com a redação dada pela Emenda Regimental 24/2016, nos termos dos arts. 216-A a 216-N, encontra-se o rito procedimental para o processamento e julgamento de sentença arbitral estrangeira.

Para adequada compreensão e aplicação do processamento e julgamento de homologação de sentença arbitral estrangeira perante o Superior Tribunal de Justiça, cumpre assinalar pontos e aspectos relevantes, ressaltando-se que a sentença arbitral estrangeira não terá eficácia no Brasil sem a prévia homologação do Superior Tribunal de Justiça.

É de se anotar que a homologação de sentença arbitral estrangeira, ao ser submetida à apreciação do Superior Tribunal de Justiça, caracteriza-se por adotar juízo de prelibação, ou seja, o exame do pedido há de se circunscrever aos aspectos formais, não se adentrando ao juízo de mérito da sentença estrangeira.

O pedido de homologação de sentença arbitral estrangeira consubstancia uma ação e, como tal, deve ser requerida pela parte interessada perante o Superior Tribunal de Justiça, devendo a petição inicial conter indicações da lei processual, conforme o art. 319 do CPC, e ser instruída com o original ou cópia autenticada da decisão a ser homologada e de outros documentos indispensáveis, devidamente traduzidos por tradutor oficial ou juramentado no Brasil e cancelados pela autoridade consular brasileira, quando for o caso.

Além disso, são requisitos necessários a serem observados quando da apresentação da petição inicial que a sentença arbitral estrangeira tenha sido proferida por autoridade competente e que contenha elementos que comprovem terem sido as partes regularmente citadas ou ter sido legalmente verificada a revelia e, ainda, que tenha transitado em julgado.

O pedido de homologação de sentença arbitral estrangeira deve ser endereçado ao Presidente do Tribunal e, como se trata de ação, se houver contestação, o processo será distribuído para julgamento pela Corte Especial, composta pelos 15 Ministros mais antigos, cabendo ao relator os demais atos relativos ao andamento e à instrução do processo.

Se a petição inicial não preencher os requisitos exigidos ou apresentar defeitos ou irregularidades que dificultem o julgamento do mérito, o Presidente assinará prazo razoável para que o requerente a emende ou complete.

Após a intimação, se o requerente ou o seu procurador não promover, no prazo assinalado, ato ou diligência que lhe for determinada no curso do processo, será este arquivado pelo Presidente.

Anote-se que, nos termos do art. 40 da Lei 9.307/1996, a denegação da homologação para reconhecimento ou execução de sentença arbitral estrangeira por vícios formais não obsta que a parte interessada renove o pedido, uma vez sanados os vícios apresentados.

A parte interessada será citada para, no prazo de 15 dias, contestar o pedido.

Revel ou incapaz o requerido, dar-se-lhe-á curador especial, que será pessoalmente notificado.

Apresentada contestação, serão admitidas réplica e tréplica em cinco dias.

Nos termos do art. 38 da Lei 9.307/1996, somente poderá ser negada a homologação para o reconhecimento ou execução de sentença arbitral estrangeira quando o réu, a quem incumbe a inversão do ônus da prova, demonstrar que:

I – as partes na convenção de arbitragem eram incapazes;

II – a convenção de arbitragem não era válida segundo a lei à qual as partes a submeteram, ou, na falta de indicação, em virtude da do país onde a sentença arbitral foi proferida;

III – não ter havido notificação da designação do árbitro ou do procedimento de arbitragem ou tenha sido violado o princípio do contraditório, impossibilitando a ampla defesa;

IV – a sentença arbitral foi proferida fora dos limites da convenção de arbitragem, e não foi possível separar a parte excedente daquela submetida à arbitragem;

V – a instituição da arbitragem não está de acordo com o compromisso arbitral ou cláusula compromissória;

VI – a sentença arbitral não se tenha, ainda, tornado obrigatória para as partes, tenha sido anulada, ou, ainda, tenha sido suspensa por órgão judicial do país onde a sentença arbitral for prolatada.

São óbices para a homologação da sentença arbitral estrangeira, nos termos do art. 216-F do RISTJ e do art. 39, incisos I e II, da LBA, se a mesma ofender a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública nacional, e, ainda, se o objeto do litígio não for suscetível, segundo a lei brasileira, de ser resolvido por arbitragem.

As causas de denegação de homologação de sentenças arbitrais estrangeiras devem ser alegadas e provadas pela parte contra a qual ela é invocada.

Ocorre aqui o princípio da inversão do ônus da prova. Parte-se do princípio de que sentença arbitral estrangeira sempre tem condições de ser homologada até prova em contrário.

Dentre as causas de denegação de homologação de sentença arbitral estrangeira, a exceção de ordem pública na homologação de sentença arbitral estrangeira é ponto sensível no controle judicial da sentença arbitral, pois o conceito de ordem pública é fluido, variando no tempo e no espaço, conforme as mudanças valorativas e culturais de cada sociedade e em cada época.

Como assinala Vera Cecília Monteiro de Barros:

[...] a noção de ordem pública não é estável e também não é idêntica de um país para outro, razão pela qual está no centro de preocupação das partes e dos árbitros, interessados na composição do litígio e na eficácia prática da sentença que vier a ser prolatada.

E prossegue:

Diante do seu caráter extremamente casuístico, cada jurisdição interpreta e adota conceito de ordem pública, que pode resultar numa mesma sentença eficaz em determinado foro e ineficaz em outro. Diante da impossibilidade de se determinar de maneira exaustiva o conceito de ordem pública e por ser conceito fluido frente às alterações da sociedade, é bastante utilizado como subterfúgio pela parte que procura se subtrair do cumprimento de suas obrigações.<sup>1</sup>

O conceito de ordem pública não é de simples definição e há quem diga, como Jacob Dolinger, que “a principal característica da ordem pública é justamente a sua

---

1. BARROS, Vera Cecília Monteiro de. *Exceção de ordem pública na homologação de sentença arbitral estrangeira no Brasil*. São Paulo: Quartier Latin, 2017. par. 138.

---

UYEDA, Massami. Da homologação de sentença arbitral estrangeira no Brasil e a ordem pública nacional. *Revista de Arbitragem e Mediação*. vol. 56. ano 15. p. 45-52. São Paulo: Ed. RT, jan.-mar. 2018.

indefinição”. E, ainda segundo seu posicionamento, “o princípio da ordem pública é de natureza filosófica, moral, relativa, alterável e, portanto, indefinível”<sup>2</sup>.

Maristela Basso bem pontua, a respeito, que “o princípio de ordem pública deve ser entendido como reflexo da filosofia sociopolítica-jurídica de toda legislação. É noção de foro íntimo do intérprete que em seu convencimento e decisão, no caso de magistrados e árbitros, deve buscar a moral básica de uma Nação”<sup>3</sup>.

Selma Ferreira Lemes anota que “o conceito jurídico de ordem pública metaforicamente é como um camaleão. Pode assumir várias facetas, diferentes juízos e diversos objetivos”.<sup>4</sup>

Irineu Strenger, por sua vez, apresenta formulação no sentido de que “a ordem pública pode ser definida como conjunto de normas e princípios que, em momento histórico determinado, refletem o esquema de valores essenciais, cuja tutela atende de maneira especial cada ordenamento jurídico concreto”<sup>5</sup>.

O Prof. Arnold Wald afirma que “a ordem pública é o conjunto de normas essenciais à convivência humana”<sup>6</sup>.

A Lei 9.307/1996 – Lei Brasileira de Arbitragem –, em seu art. 39, inciso II, estatui que a homologação para o reconhecimento ou execução da sentença arbitral estrangeira também será denegada se o Superior Tribunal de Justiça constatar que a decisão ofende a ordem pública nacional.

O art. 34 da LBA, ao estatuir que a sentença arbitral estrangeira será reconhecida ou executada no Brasil de conformidade com os tratados internacionais com eficácia no ordenamento interno e, na sua ausência, estritamente de acordo com os termos desta Lei, recepciona a Convenção de Nova Iorque, de 1958, internalizada no ordenamento jurídico nacional com a promulgação do Decreto 4.311, de 23 de julho de 2002, como a principal fonte de reconhecimento e execução das sentenças arbitrais estrangeiras, uma vez que já foi ratificada por 156 países.

A Convenção de Nova York prevê, em seu art. III, como regra geral, que cada Estado signatário reconhecerá as sentenças como obrigatórias e as executará em conformidade com as regras de procedimento do território no qual a sentença é invocada.

2. DOLINGER, Jacob. *Direito internacional privado*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. p. 394.

3. BASSO, Maristela. *Curso de direito internacional privado*. São Paulo: Atlas, 2009. p. 262.

4. Prefácio da obra BARROS, Vera Cecília Monteiro de. *Exceção de Ordem Pública na Homologação de Sentença Arbitral Estrangeira no Brasil* – São Paulo: Ed. Quartier Latin, 2017. p. 15.

5. STRENGER, Irineu. *Arbitragem comercial internacional*. São Paulo: LTr, 1996. p. 215.

6. WALD, Arnold. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, n. 7, out.-dez. 2005. p. 201.

Assim, a exceção de ofensa à ordem pública como causa de denegação da homologação para o reconhecimento ou execução de sentença arbitral estrangeira a ser constatada pelo Superior Tribunal de Justiça é a referente à ordem pública nacional.

Assim também dispõe o art. V, n. 2, da Convenção de Nova York:

2. O reconhecimento e a execução de uma sentença arbitral também poderão ser recusados caso a autoridade competente do país em que se tenciona o reconhecimento e a execução constatar que: a) segundo a lei daquele país, o objeto da divergência não é passível de solução mediante arbitragem; ou b) o reconhecimento ou a execução da sentença seria contrário à ordem pública daquele país.

O critério, portanto, para a constatação de ofensa à ordem pública é restritivo.

Como já dito, o conceito de ordem pública é fluido. Varia no tempo e no espaço entre mudanças culturais e valorativas da sociedade em cada época. É limitador da vontade no direito interno e impede a aplicação de sentenças arbitrais estrangeiras se constatada sua ocorrência pelo Superior Tribunal de Justiça.

O parágrafo único do art. 39 da LBA indica uma hipótese do que não se considera ofensa à ordem pública ao estatuir que:

[...] não será considerada ofensa à ordem pública nacional a efetivação da citação da parte residente ou domiciliada no Brasil, nos moldes da convenção de arbitragem ou da lei processual do país onde se realizou a arbitragem, admitindo-se, inclusive, a citação postal com prova inequívoca de recebimento, desde que assegure à parte brasileira tempo hábil para o exercício de defesa.

Como não é possível a lei enunciar todas as situações em que não há ofensa à ordem pública, cabe à jurisprudência, com fundamento na doutrina, consolidar esse conceito e determinar a sua aplicação concreta.

Para ilustrar o presente artigo, colhem-se da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça alguns julgados que abordaram a ordem pública:

1. Ofende a ordem pública a ausência de expressa manifestação das partes abdicando da jurisdição estatal, especialmente, por que se verificou a ausência de assinatura de uma das partes contratantes no contrato onde se elegeu a cláusula arbitral (SEC 967, rel. Min. José Delgado, DJ 20.03.2006).
2. Também ofende a ordem pública a submissão de litígio ao juízo arbitral quando celebrados contratos de compra e venda de produtos por via telefônica em que não seja possível a comprovação de existência e aceitação de convenção de arbitragem tácita (SEC 866, rel. Min. Feliz Fischer, DJ 16.10.2006).
3. Ofende a ordem pública a parte da sentença estrangeira que determina a desistência, sob pena de sanção, de ação anulatória em andamento no Brasil, porque o



acesso ao Judiciário é cláusula pétrea que não pode ser penalizada (SEC 854, rel. Min. Massami Uyeda, *DJ* 07.11.2013).

4. Não ofende a ordem pública a decisão de Junta de Conciliação e Arbitragem do México desenvolvida sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, ainda que nele tenha renunciado a direitos trabalhistas por ocasião da celebração de acordo celebrado perante a referida Junta em que se deu quitação ampla e total do contrato de trabalho (SEC 4.933, rel. Min. Eliana Calmon, *DJe* 19.12.2011).

5. Ofende a ordem pública nacional, segundo o STJ, a cumulação da correção monetária com a variação cambial e tendo a sentença estrangeira determinado a incidência cumulativa, sobre o débito principal, de correção monetária e variação cambial se mostra inviável a homologação total da sentença arbitral que condena ao pagamento de valor em dólares americanos e determina, ainda, a conversão do referido valor para reais na data do efetivo pagamento e mais a incidência da correção monetária (isto é, incidência cumulativa, sobre o débito principal, de correção monetária e variação cambial) (SEC 2.410, rel. para o acórdão Min. Nancy Andrigli, *DJe* 19.02.2014).

6. Não ofende a ordem pública a sentença arbitral que reconhece não ter havido abdicação a direito laboral indisponível, mas apenas aplica a multa rescisória, constante de cláusula prevista no contrato, e, declara a existência de violação do contrato de trabalho por atleta profissional para afirmar a exigibilidade de multa prevista (SEC 11.529, rel. Min. Og Fernandes, *DJe* 02.02.2015).

O exame da exceção de ofensa à ordem pública nacional como óbice para o reconhecimento e homologação de sentença arbitral estrangeira no Brasil configura análise de mérito e refoge ao juízo de delibação, próprio da ação de homologação de sentença estrangeira, como assim decidiu o STJ no julgamento da SEC 4.439, rel. Min. Teori Albino Zavascki, *DJ* 19.12.2011.

## PESQUISAS DO EDITORIAL

### Veja também Doutrina

- A ordem pública na arbitragem, de Manuel Pereira Barrocas – *RARB* 54/179-261 (DTR\2017\5667);
- Homologação de sentença estrangeira, de Luiz Fernando do Vale de Almeida Guilherme – *RARB* 50/277-293 (DTR\2016\23872); e
- Sentença arbitral estrangeira – aspectos gerais de seu reconhecimento e de sua execução no Brasil, de Beat Walter Rechsteiner – *RARB* 5/35-51 (DTR\2005\230).